
DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL, GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLE ORGANIZACIONAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA*

DISCLOSURE OF ACCOUNTING INFORMATION, CORPORATE GOVERNANCE AND ORGANIZATIONAL CONTROL: A NECESSARY RELATIONSHIP

Auster Moreira Nascimento

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Endereço: Av. Unisinos, 950
CEP: 93022-000 - São Leopoldo/RS – Brasil
E-mail: auster@mercado.unisinos.br
Telefone: (51) 35908307

Luciane Reginato

Doutoranda em Ciências Contábeis na FEA/USP
Endereço: Av. Unisinos, 950
CEP: 93022-000 - São Leopoldo/RS – Brasil
E-mail: lucianereginato@usp.br
Telefone: (51) 3590-8307

RESUMO

A informação contábil é uma fonte para tomada de decisões e, com base nisso, sua qualidade é essencial para aqueles usuários que estão interessados no desempenho econômico da empresa e em seu potencial futuro de lucro e geração de caixa. Neste contexto, apesar do fenômeno ‘assimetria da informação’, existente entre usuários internos e externos da informação, há o interesse comum na utilidade da informação para seus processos de tomada de decisão particulares. Diante disso, este estudo propõe, com base em pesquisa bibliográfica, uma reflexão sobre os mecanismos de redução da assimetria informacional entre os usuários externos da informação contábil e a alta administração de uma empresa e, ainda, a análise sobre os mecanismos que esta se utiliza para minimizar os possíveis riscos aos quais ela também se expõe por não participar da implementação de todas as decisões tomadas, bem como do registro dos resultados decorrentes. Ao final, o estudo propôs que se a empresa adotar os mecanismos sugeridos – governança corporativa, controle organizacional, principalmente os sistemas de informações e de controles internos, e se observar os atributos necessários para uma informação de qualidade, conforme os órgãos competentes, ela poderá minimizar a assimetria informacional entre os usuários, bem como garantir a qualidade da informação divulgada a eles.

Palavras-chave: Informação contábil. Usuários. Governança corporativa. Controle organizacional.

* Artigo recebido em 29.09.2007. Revisado por pares em 29.04.2008. Reformulado em 18.06.2008. Recomendado em 25.06.2008 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 17.10.2008. Organização responsável pelo periódico: FURB.

ABSTRACT

Accounting information is a source for decision making and as such, its quality is essential to those users who are interested in economic performance of a company and its future potential for generating income and profit. In this context, despite the phenomenon known as information asymmetry that exists between internal and external users of information there is a common interest in the usefulness of information in decision making processes and making personal decisions. In light of this, based on a review of the literature this study proposes a reflection on the mechanisms of reducing information asymmetry between external users of accounting information and the upper administration of a company and furthermore, an analysis of the mechanisms that are used to minimize the possible risks to those that are also exposed by not having participated in the implementation of all the decisions made, as well the register of the ensuing results. The study concludes with a proposal that if the company adopts the mechanisms suggested – corporate governance, organizational control, mainly information systems and internal control, and observes the attributes necessary for maintaining quality of information, according to competent agencies, it will be able to minimize informational asymmetry among its users, and also guarantee the quality of the information released to them.

Key words: Accounting information. Users, Corporate governance. Organizational control.

1 INTRODUÇÃO

A literatura contábil tem sido pródiga na busca por elementos que confirmam credibilidade às informações contábeis para o seu público externo, através da apresentação de um conteúdo justo, sem viés e no volume e formato por ele requerido.

Considerando-se a cadeia completa de usuários da informação contábil - gestores, administradores, investidores, governo, clientes, etc., de fato os externos são o seu elo mais frágil, dada a distância natural que se mantém entre estes e o ambiente onde são geradas as informações das quais eles se utilizam para aferir, inferir e tomar suas decisões, isto é, a sua não participação da gestão da empresa os torna dependentes da qualidade das informações contábeis que são divulgadas ao público pela sua administração.

A dependência dos usuários externos em relação à acurácia das informações que recebem sobre as empresas de seus interesses, vem sendo percebida ao longo do tempo e a percepção desta fragilidade algumas vezes se materializa em momentos de frustração e incredulidade. São aqueles nos quais são revelados fatos que, por alguma razão, não foram divulgados de forma acurada ou oportuna ao público externo.

A verificação de danos causados aos usuários externos por informações distorcidas, ou não prestadas pela administração de uma empresa, transcende o ambiente de nações, ou de mercados, e é corporificada normalmente por casos tais como: o difundido *crash* da bolsa de Nova Iorque, dos bancos Econômico, Nacional e Santos e de outras empresas como Worldcom, Enron e Parmalat, entre outros, todos tendo em seu entorno conseqüências lesivas aos usuários externos, decorrentes da má divulgação da informação contábil. Isso leva a comunidade científica e as entidades reguladoras a envidarem esforços para, em conjunto, facilitarem a gestão empresarial e minimizarem as possibilidades de que a distância entre os usuários externos da informação contábil e o ambiente interno da empresa não se traduza em perdas para estes.

Assim, a combinação de tais esforços tem objetivos amplos, não visando apenas a proporcionar aos usuários externos a garantia de que os recursos que são confiados aos

gestores de uma empresa sejam adequadamente utilizados em sua operação. Também, visa a estabelecer meios através dos quais a assimetria informacional existente entre a sua administração e aqueles que dependem das informações que ela lhes fornece seja minimizada, por meio de sugestões, ou imposições, de mecanismos de governança corporativa que revistam sua gestão de transparência.

A referida assimetria informacional pode ser entendida como uma situação na qual uma das partes da transação não possui toda a informação necessária para analisar o que está sendo proposto e é um assunto complexo, tratado pela Teoria da Agência, cujo cerce é o estudo sobre a relação do principal e do agente, surgindo quando o agente se compromete a realizar certas tarefas para o principal e este se compromete a remunerá-lo.

Por essa razão, abordado sempre que se discute a relação entre os usuários externos da informação contábil e os administradores de uma organização. Porém, este elemento, a assimetria da informação, se propaga também no próprio âmbito interno da empresa. Embora em uma menor escala, ela existe também entre a sua alta administração, usuários internos que representam os interesses dos externos e os gestores responsáveis pela geração dos eventos econômicos que demandam o uso de recursos para a geração de resultados.

A alta administração de uma empresa não participa de todas as atividades e operações efetuadas na empresa. Assim, embora receba um volume maior de informações do que aquele recebido pelos usuários externos e tenha acesso ilimitado ao banco de dados da empresa, orienta-se por relatórios contábeis e financeiros formatados para a sua necessidade de acompanhamento do negócio.

De forma genérica, essas informações refletem eventos econômicos que foram registrados pela contabilidade, mas não garantem que todos aqueles que ocorreram no contexto administrativo da organização estejam refletidos naqueles relatórios. Isto é, estes usuários também estão, de certa forma, distantes do momento e do cenário em que decisões são tomadas e implementadas, ocorrendo isto devido ao fato de o porte da organização nem sempre o permitir ou mesmo pela simples razão de que os gestores tendem a possuir um maior volume de informações do que aqueles que eles registram.

Os usuários externos da informação contábil dependem da lealdade de seus representantes, no que se refere à prestação de contas de suas gestões, e estes, por sua vez, dependem do sistema informacional interno da empresa para, com segurança, apresentarem informações acuradas a estes usuários.

Assim, a qualidade da informação e a existência de assimetria informacional ganham o contorno de duas dimensões: a externa e a interna e é neste cenário em que se desenvolvem os mencionados esforços de estudiosos da teoria contábil e entidades reguladoras, no sentido de harmonizarem o entendimento comum sobre os atributos que devem ter a informação contábil, sobre os conceitos que os sustentam e, adicionalmente, sobre os mecanismos internos de governança corporativa que levam os relatórios contábeis a observar tais atributos sem os riscos de distorções das informações.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivos: a) propor uma reflexão sobre os mecanismos de redução da assimetria informacional entre os usuários externos da informação contábil e a alta administração de uma empresa; b) analisar os mecanismos existentes na empresa para a minimização dos possíveis riscos aos quais ela também se expõe por não participar da implementação de todas as decisões tomadas pelos gestores operacionais, bem como do registro dos resultados decorrentes.

A abordagem metodológica empregada no sentido de atender ao objetivo proposto é qualitativa. Utilizou-se, essencialmente, de pesquisa bibliográfica, a qual permite ao pesquisador uma ampla cobertura de fenômenos e uma larga base de dados passados. Alicerçado nisto, este trabalho realizou uma revisão bibliográfica sobre estudos das áreas

pertinentes, de modo a permitir uma discussão e a construção de reflexões referentes aos mecanismos que podem minimizar os riscos da assimetria informacional entre os usuários.

2 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, SEUS USUÁRIOS E ASPECTOS EXISTENTES NO ENTORNO DE SUA DIVULGAÇÃO

2.1 Os Atributos da informação contábil

O produto da integração de informações para posterior comunicação é representado por relatórios formatados de acordo com as necessidades dos usuários. Hendriksen e Van Breda (1999), amparados em suas observações sobre normas americanas que tratam do assunto, reconhecem a importância dos argumentos em favor de relatórios para uso em finalidades específicas, no entanto argumentam que os usuários possuem o bastante em comum para que um conjunto de relatórios de finalidades genéricas seja suficiente.

A partir disso, informações com finalidades genéricas baseiam-se na presunção de que usuários significativamente numerosos demandam informações semelhantes e que essas não visam a satisfazer necessidades específicas de usuários individuais. Entretanto, os usuários da informação podem ter motivações e necessidades diversas para o seu uso. Os relatórios e demais informações padronizadas de forma genérica podem limitar sua utilidade e, não raro, frustrar as expectativas de cada um desses usuários. A informação útil, portanto, passa a ser aquela que chega ao usuário no momento certo e no formato por ele desejado.

Talvez por isso Alvim (1998) afirme que a busca deve ser por qualidade e não por quantidade de informação, sendo que o importante é possuir informações adequadas, no tempo esperado e a custo compatível com o seu benefício. Nesse sentido, Ackoff (1975, p. 79) observa que a deficiência crítica sob a qual os administradores operam é justamente a falta de informações relevantes, sendo que recebem muitas que não precisariam e com isso sofrem com o “excesso de informações inúteis”. Para que o usuário receba as informações de que necessita, deve conhecer os detalhes das atividades sob sua responsabilidade e, também, o sistema de informações que o apóia na sua obtenção.

Stair (1998) afirma que a boa informação deve ser completa, econômica, flexível, confiável, relevante, tempestiva, rastreável e atender às expectativas dos interessados por elas. Por outro lado, Nehmy e Paim (1998) assumem ser difícil definir qualidade da informação. Na tentativa de definir uma abordagem adequada para isto, as autoras analisam, em seu estudo, as propostas de outros autores, como Marchand, Olaisen e Repo, os quais combinam duas grandes linhas teóricas – baseadas no produto (informação enquanto coisa) e no usuário (abordagem subjetiva).

A primeira defende que a informação é um recurso, cujos atributos são precisos e passíveis de serem mensurados e quantificados. Já a segunda linha assume que o valor da informação é intrínseco, portanto, absolutamente subjetivo, sendo avaliado pelo próprio usuário em consonância com as suas necessidades e exigências particulares. Depreende-se que tanto as categorias como as dimensões propostas pelos autores são similares e objetivam mostrar o quão complexo seria atribuir valor à qualidade da informação.

A partir da visão desses autores, observa-se que os aspectos essenciais para uma informação ser útil ao processo decisório condizem com sua relevância, precisão, confiabilidade, tempestividade, flexibilidade, possibilidade de rastreamento e integração, com vistas ao suprimento das necessidades da gestão, assumindo, com isso, contornos estratégicos para a organização.

Em se tratando das características qualitativas que devem nortear, especificamente, as informações contábeis, Hendriksen e Van Breda (1999) apresentam as seguintes: a) benefícios e custos; b) relevância; c) confiabilidade; d) comparabilidade, e e) materialidade.

As características apresentadas por Hendriksen e Van Breda (1999) levam ao entendimento de que as informações são provenientes do principal banco de dados registrados da empresa, a contabilidade, cuja base é usada para a produção de informações para o processo decisório e também para os usuários externos. Segundo Iudícibus (1998), a informação necessita ser acompanhada de qualidades, as quais, segundo sua ótica, consistem em: tempestividade, integralidade, confiabilidade, comparabilidade, compreensibilidade.

Não obstante as definições dos autores até então citados, há que se considerar o que os órgãos normatizadores proferem a respeito dos atributos ou características da informação. Entre eles está o FASB – *Financial Accounting Standards Board*, o IASB – *International Accounting Standards Board*, e o CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Expõe-se no Quadro 1 uma comparação entre o que divulgam, em linhas gerais, os referidos órgãos a fim de demonstrar as convergências e as divergências existentes, bem como as características sugeridas por cada um.

ATRIBUTO	FASB	IASB	CFC
Compreensibilidade	Qualidade específica do usuário que tenha conhecimento prévio. Hierarquicamente a mais importante.	Idem ao FASB, porém hierarquicamente no mesmo nível de relevância, confiabilidade e comparabilidade.	Idem ao FASB e IASB, porém hierarquicamente no mesmo nível de confiabilidade, tempestividade e comparabilidade.
Relevância	Possuir valor preditivo e ser oportuna. É uma qualidade principal ou primária.	Influenciar na tomada de decisão; possuir valor preditivo e de feedback.	
Confiabilidade	Verificável, imparcial, neutra e fidedigna. É a segunda e última qualidade principal ou primária.	Livre de erros materiais, fidedigna, neutra, imparcial e completa.	Elemento essencial na relação entre usuário e a informação.
Materialidade	Límite ou restrição para a elaboração e divulgação das informações.	Considerada para o julgamento da relevância; abaixo de relevância.	
Representação adequada	Fidelidade de representação; está abaixo de confiabilidade.	Idem FASB	
Neutralidade	Imparcialidade. Está abaixo de confiabilidade.	Idem FASB	
Totalidade		Completa; abaixo de confiabilidade.	
Comparabilidade	Qualidade secundária ou interdependente; inclui a consistência.	Inclui a consistência e está no mesmo nível da relevância, compreensibilidade e confiabilidade.	Possibilita o conhecimento da evolução da situação analisada ao longo do tempo.
Tempestividade	No momento certo; está abaixo de relevância.	Restrição à relevância e à confiabilidade.	No momento certo; manutenção de periodicidade na elaboração e divulgação das informações.
Benefícios > custos	Considerada restrição geral: os custos da produção da informação não devem superar os seus benefícios.	Considerada restrição à relevância e à confiabilidade.	

Quadro 1 – Características da informação contábil

Analisando-se o quadro 1, pode-se observar que as características evidenciadas pelo FASB, IASB e CFC, com algumas peculiaridades ou exceções, convergem com as apregoadas pelos autores explorados no texto anteriormente, como Iudícibus; Hendriken e Van Breda; Stair, entre outros, e também entre si, ou seja, entre os elementos constituintes da hierarquia de atributos que conferem qualidade e utilidade às informações contábeis não se notam diferenças significativas.

Assim sendo, pode-se notar a essencialidade em se observar as características qualitativas para que a informação possa ser útil ao usuário, independentemente da hierarquia adotada pelos órgãos normatizadores, procurando-se evitar, dessa forma, a simples comunicação de dados aos usuários, muitas vezes intempestivos e irrelevantes, que podem prejudicar sensivelmente suas tomadas de decisões.

Os usuários da informação contábil, por seu turno, podem ter interesses diversificados, dependendo de qual a sua relação com a empresa – se são internos ou externos. É no sentido de clarificar essa distinção que se apresentam os próximos tópicos.

2.2 Os usuários

Consoante o que mencionam Hendriksen e Van Breda (1999), cada grupo de usuários tem objetivos diferentes a serem atingidos com o uso da informação, pois tem interesses distintos, como é o caso de representantes das entidades com fins e as sem fins lucrativos. Acrescente-se a isto que, em cada uma destas duas classes de usuários, dependendo de sua motivação, seus interesses sobre as informações econômicas e sociais da empresa também variam de intensidade.

Neste sentido, uma solução comum apresentada pelos autores citados seria a estruturação de relatórios que atendessem às suas respectivas necessidades. Porém, há dificuldades para que isto aconteça, as quais giram em torno da racionalidade destes usuários, ou seja, do seu modelo particular de decisão, que dificilmente pode ser previsto para fins de atendimento informacional.

O FASB sustenta que os acionistas, outros investidores e os credores são os principais usuários da informação contábil e que, por isso, a divulgação de informações deve ser útil para tomada de decisões de investimento e outras que norteiam o mercado externo à empresa. Martin (2002), entretanto, vai além disto. Para ele, o usuário interno da informação contábil também tem que tomar decisões inerentes às operações da empresa, tais como a própria escolha do sistema que formatará a informação, ou a escolha do sistema de avaliação de desempenho, entre outras que permeiam o cotidiano desta classe de usuário – o interno.

A partir disso, depreende-se que a importância da fidedignidade da informação contábil gerada no entorno da gestão de um negócio interessa igualmente tanto aos usuários externos quanto aos internos, cada um guiado por seus interesses específicos intrínsecos às suas atividades, cujas razões podem ser visualizadas na Figura 1.

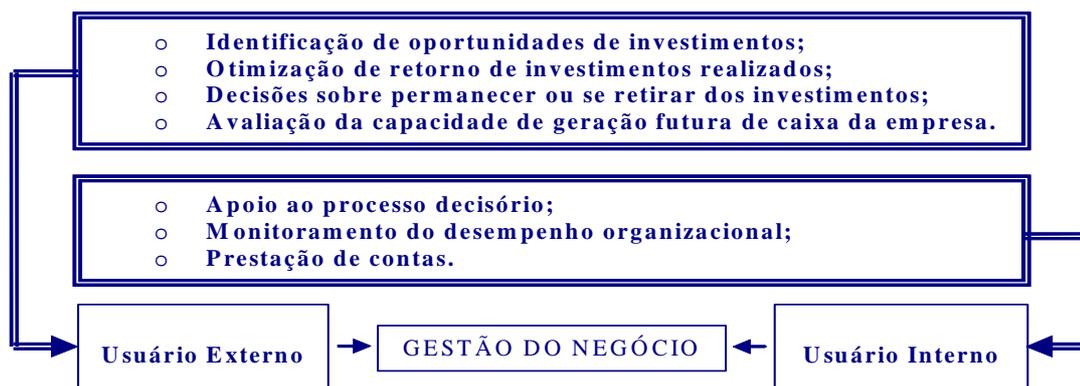


Figura 1 – Objetivos dos usuários da informação contábil

A Figura 1 demonstra os dois grupos de usuários, interno e externo, a quem se destinam as informações, e suas expectativas quanto a sua utilidade. Nos tópicos seguintes deste estudo, se discorrer-se-á sobre tais grupos de usuários.

2.2.1 Usuários externos

Na linha de raciocínio proposta pelo *framework* dos *International Accounting Standards*, consideram-se, como pertencentes ao grupo de usuários externos, os acionistas e instituições financeiras, os fornecedores, o governo e outros também considerados como *stakeholders*.

As entidades que disponibilizam os capitais necessários para o desenvolvimento das atividades empresariais e os seus proprietários (acionistas) estão preocupados com o risco associado aos seus investimentos e com o retorno que lhes possa estar associado; necessitam de informações que lhes permitam decidir se devem comprar, manter ou vender os seus investimentos, isto é, aferir sobre o retorno destes seus investimentos ou sobre o risco de não obtê-lo. Quanto às instituições financeiras, elas desejam saber a situação da empresa a quem possivelmente financiarão e precisam, conseqüentemente, garantir o retorno desse financiamento.

Os fornecedores necessitam de informação que lhes permita conhecer a situação da empresa quer no curto prazo, na expectativa do recebimento das suas dívidas, quer no longo prazo, para se planejarem para a realização de investimentos cujas rentabilidades podem ser dependentes da continuidade da relação cliente/fornecedor. Eles precisam identificar os riscos que afetam suas próprias operações.

O governo, por sua vez, tem suas necessidades de informação motivadas por seu interesse em alocar os recursos públicos disponíveis de maneira nivelada e de regulamentar e controlar os mercados e as relações a eles inerentes.

Desta forma, os usuários mencionados, em geral, necessitam de informações contábeis para poderem avaliar a situação de uma determinada empresa e responderem a si próprios se investir nela pode ser ou não um negócio promissor. Entretanto, tendo em vista o que já foi explanado, essas informações que são divulgadas especificamente aos usuários externos à empresa, são oriundas do processamento interno de dados.

Destaque-se, ainda, que a divulgação das informações é feita por meio de relatórios que são comumente conhecidos como demonstrações contábeis ou financeiras. Nesse tocante, as informações contábeis podem ser conhecidas pelos usuários externos a partir de relatório da administração, demonstrações contábeis, notas explicativas, parecer dos auditores independentes e parecer do conselho fiscal. Adicionalmente, as demonstrações contábeis são compostas pelas demonstrações de resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos, das notas explicativas, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, do balanço patrimonial e do balanço social (IUDÍCIBUS, GELBECKE, MARTINS, 2007). Destas, as que não são obrigatórias no Brasil, de acordo com a Lei 6404/76, são a de fluxo de caixa, do valor adicionado e do balanço social, respeitando-se, de toda a forma, as exigências legais para suas elaborações e posterior *disclosure*.

2.2.2 Os usuários internos

O usuário interno da informação contábil tem como objetivo primário a administração do negócio. Ao receber dos proprietários da empresa, ou de seus representantes, a delegação para a gestão da empresa, ele passa a depender fundamentalmente da informação contábil, para a otimização do resultado dessa organização. Neste contexto, as informações contábeis podem proporcionar oportunidades para uma gestão eficaz, enquanto a sua ausência pode

levar à obtenção de resultados indesejáveis, tanto para gestores quanto para os seus avaliadores.

Assim, a contabilidade, com o seu poder de armazenar dados sobre todos os eventos econômicos realizados no âmbito da organização, torna-se o núcleo que sustenta a geração de informações presumivelmente tempestivas, úteis e adequadas, necessárias para suprir e avaliar o processo de gestão (LI, 1977) e, por isso, torna-se um dos elementos centrais para o processo decisório.

Todavia, há de se destacar que a contabilidade, em processo natural, registra, acumula, mensura (ATKINSON et. al, 2008) e, por fim, disponibiliza a informação, usualmente, representada por relatórios a diversos usuários. Destaque-se que entre estes usuários estão também todos os gestores organizacionais, definindo-os como aqueles cujas decisões repercutem econômica e financeiramente no resultado da empresa. Por exemplo, uma informação sobre o valor do estoque poderá estar disponível para o gestor das áreas de compras, de vendas, de produção, mas isso não significa que o seu uso seja o mesmo, tampouco que eles a interpretem da mesma forma.

Esse processo de comunicação da informação, e até mesmo aspectos relacionados ao seu próprio formato, considerando-se os perfis dos diferentes usuários internos, podem levar a informação contábil a perder parte de suas propriedades, ou a não conservar os seus atributos. Além disto, neste fato reside um problema: o distanciamento físico existente entre as áreas que efetivam as transações operacionais – compras, vendas, produção, etc. – e a área que registra e trata todos os respectivos eventos, transformando os dados correspondentes em informações.

Este distanciamento entre os gestores usuários das informações contábeis para tomada de decisões e os responsáveis por áreas que armazenam e tratam os dados físicos, econômicos e financeiros proporciona situações nas quais ele, o usuário, possuirá um volume menor de informações do que os profissionais que as disponibilizam, fenômeno este que caracteriza a assimetria informacional.

Adicionalmente, o porte da organização, bem como os recursos provindos da Tecnologia da Informação, podem levá-la a descentralizar a sua contabilidade, cujos *inputs* de dados passam a ser feitos por dezenas, se não centenas, de profissionais. Estes podem não possuir conhecimentos específicos que os possibilitem discernir sobre os cuidados necessários para que as informações decorrentes de sua participação na entrada de dados da contabilidade observem os atributos a elas inerentes, já mencionados neste estudo. Esta situação está refletida na Figura 2.

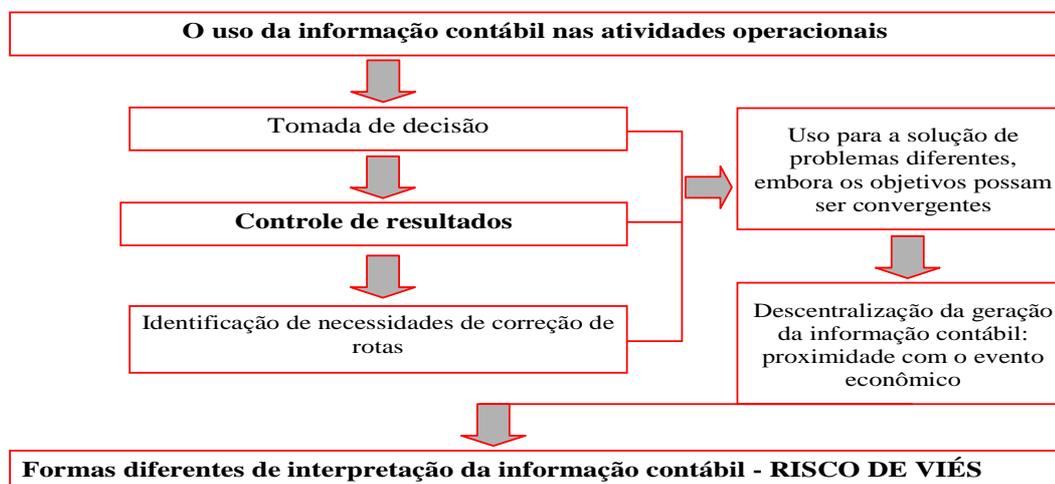


Figura 2 - Interpretação da informação contábil sob a perspectiva dos usuários internos

Embora se saiba que os sistemas de informações sejam parametrizados em termos dos padrões de contabilidade a serem aplicados a cada transação, o distanciamento entre o usuário da informação e o seu gerador é mais uma fonte, que somada às outras existentes, pode levar ao risco decorrente de diferentes formas de interpretação da informação contábil.

Para minimizarem-se tais riscos, é que estes sistemas devem ser construídos com base em normas e princípios contábeis sólidos, que, embora possam não ser perfeitos, pelo menos proporcionem a segurança quanto à uniformidade dos critérios utilizados para a alimentação do banco de dados contábil.

Nos tópicos subseqüentes deste estudo, destacam-se aspectos relacionados à assimetria informacional e, em seguida, apresenta-se uma breve reflexão sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade cuja existência se consubstancia na necessidade de se minimizarem os riscos de viés da informação contábil, buscando-se proteger os interesses de usuários externo e interno quanto à qualidade das informações.

2.3 Assimetria da informação

Enquanto as empresas são controladas e administradas por seus próprios donos, desde que seu porte assim o permita, a propriedade e o controle delas estão centralizados no mesmo indivíduo, isto é, no proprietário. À medida que elas se desenvolvem, tornando-se mais complexas, surge a necessidade de delegação do controle pelo proprietário aos administradores para tal remunerados.

A essência desse princípio é que levou às investigações que culminaram na chamada Teoria da Agência, cuja investigação iniciou a partir do estudo de Adolph Berle e Gardiner Means, documentado em sua obra *The Modern Corporations and Private Property*, publicado em 1932.

Berle e Means (1984, p. 3) retrataram em sua obra que a parte da riqueza industrial individual de um país havia se deslocado para grandes empresas financiadas pelo público, o que transformou a vida dos proprietários e dos trabalhadores e as formas de propriedade. “O divórcio entre a propriedade e o controle, resultante desse processo, envolve quase necessariamente uma nova forma de organização econômica da sociedade.”

Coase (1937) abordou de forma pioneira a natureza da firma, no que se refere à consideração dos aspectos internos da empresa, enfatizando a imagem do empreendedor como a figura-chave para a alocação correta de recursos no processo de tomada de decisões. Trata também das questões contratuais nas quais estão envolvidas as empresas, que são vistas como consequência de contratos implícitos (parcerias informais) e explícitos (contratos formais de trabalho) que são estabelecidos entre agentes, como trabalhadores, executivos e clientes.

Este raciocínio foi seguido, mais tarde, por Alchian e Demsetz (1972), e posteriormente por Jensen e Meckling (1976), que o aperfeiçoaram. Alchian e Demsetz (1972) abordaram a natureza da firma, estabelecendo que a noção de suas atividades internas deveria estar fundamentada em um conjunto de relações contratuais entre os indivíduos da organização.

Em decorrência da separação da propriedade e do controle da empresa, ocorrem profundas mudanças na forma de gerenciá-la, visto que os administradores, os agentes, tendem a considerar nas tomadas de decisões não apenas o interesse do proprietário, o principal, mas também seus próprios interesses.

A relação entre o principal e o agente não se restringe apenas aos proprietários e administradores. Martinez (1998) aborda uma outra possibilidade de relação de agência. Além de acrescentar a ela o relacionamento dos demais *stakeholders* com a empresa, tais como: governo, comunidade, entre outros, o autor também acrescenta a este rol de relações aquela relacionada especificamente entre os próprios gerentes da empresa (gerente-gerente).

A relação gerente-gerente ocorre devido ao fato de uma organização abrigar em sua estrutura várias áreas que possuem cada uma o seu próprio gestor, podendo ocorrer situações em que um gestor de uma área espere determinadas atitudes ou até mesmo resultados de outras e, por conflito de interesse, isso não aconteça.

A Teoria da Agência se preocupa com os problemas causados por informações incompletas fornecidas pelo agente ao principal ou para outros *stakeholders* por ela interessados. Esse problema é conhecido como assimetria de informação. Tal afirmação pode ser confirmada nas palavras de Hendriksen e Van Breda (1999), quando mencionam que a assimetria de informação é um problema causado por informação incompleta, em que nem todos os fatos são conhecidos por ambas as partes e assim certas conseqüências não são consideradas.

Segundo Milgrom e Roberts (1992), a assimetria informacional pode ser caracterizada como uma situação na qual uma das partes da transação não possui toda a informação necessária para averiguar se os termos do contrato que está sendo proposto são mutuamente aceitáveis e serão implementados.

De acordo com Marchet (2001, p. 27), a assimetria de informação é um fenômeno que leva as partes envolvidas a despenderem recursos para uma das partes observar ou monitorar a outra, o que eleva o custo total da relação, que é efetivada a partir de um contrato, seja ele formal ou informal. Antes do estabelecimento deste instrumento podem ocorrer custos *ex-ante* referentes à preparação, negociação e até mesmo monitoração de um acordo; após a sua efetivação, podem ocorrer custos *ex-post*, devido a adaptações resultantes da execução do contrato.

A assimetria de informação também pode ocorrer quando o proprietário possuir dificuldades para observar todas as ações do administrador, que podem ser diferentes das que ele mesmo teria escolhido. O administrador pode ter tomado determinadas ações por possuir preferências ou princípios diferentes ou até mesmo por má índole.

Essa situação cria o que é conhecido como risco moral (*moral hazard*), que segundo Milgrom e Roberts (1992), é uma forma de oportunismo que surge apenas depois que é efetivado um contrato, isto porque as premissas que norteiam o comportamento de um indivíduo não são livremente observáveis, podendo ele após a efetivação do contrato buscar seus próprios interesses às expensas dos interesses do principal. Os autores enfatizam ainda que o risco moral é um fenômeno muito comum nas organizações.

O problema do risco moral, segundo Marchet (2001, p. 28), “aumenta em situações nas quais uma das partes da transação – gerentes, empregados, credores, consumidores, entre outros – sente-se tentada a agir de forma tendenciosa ou a fornecer informações distorcidas, para seu próprio favorecimento”.

Outro caso que pode resultar em assimetria de informação é a seleção adversa (*adverse selection*), que surge, segundo Milgrom e Roberts (1992), quando a informação não é disponibilizada uniformemente entre o principal e o agente. Difere do risco moral por surgir antes de o contrato ser efetivado.

Em relação a esses problemas de assimetria de informação, Martinez (1998, p. 5) define quatro momentos críticos principais que demandam especial atenção: problemas na criação, problemas do controle, problemas do desempenho e problemas da conclusão.

Ressaltem-se para este estudo os problemas do controle, os quais se referem a encontrar mecanismos que monitorem e acompanhem o desempenho do agente, visando resguardar que os interesses do principal estejam sendo considerados e que efetivamente as melhores ações estejam sendo realizadas.

Uma das formas de minimizar a assimetria de informação e os problemas de agência é a adoção de um sistema de governança corporativa. Corroborar com tal afirmativa Carvalho

(2002, p. 19) quando afirma que governança corporativa “é um conjunto de regras que visam a minimizar os problemas de agência”.

Cabe destacar, como já mencionado, que a assimetria informacional ocorre tanto entre a empresa e os usuários externos, como entre os próprios usuários internos, os gestores e as áreas. Neste estudo, destaca-se o fato de ser a partir do ambiente interno que se originam as informações divulgadas ao público externo. É nesse sentido que o próximo tópico procurará explorar os princípios que norteiam o registro dos eventos sob a perspectiva interna organizacional.

2.4 Os Princípios Fundamentais de contabilidade e o alinhamento dos atributos da informação

Este tópico tem o objetivo de analisar se os princípios contábeis propiciam condições de alinharem as expectativas dos usuários internos e externos e, mais especificamente, de garantirem que a informação tenha os atributos necessários para a sua adequada divulgação e compreensão pelos seus receptores.

A literatura consultada sobre o tema *estrutura conceitual de contabilidade* aponta para a discussão em torno do que tem sido mais importante na formação do seu arcabouço conceitual, se os princípios ou se os objetivos dos usuários em função das suas necessidades. A divergência parece tão presente que são fortes os sinais de hesitação até mesmo dos defensores de determinadas correntes em adotar termos estigmatizantes, como Paton, ao substituir a palavra princípio que defendia nos seus estudos pelo termo *Standard*, significando padrão.

As estruturas hoje existentes, no Brasil, como a do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos Estados Unidos da América, como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), e, no cenário internacional, a do *International Accounting Standards Board* (IASB), por serem frutos dessas discussões, tendem a refletir esses posicionamentos.

Assim sendo, neste item, analisam-se as estruturas propostas por Iudícibus, Hendriksen e Van Breda, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Instituto Brasileiro dos Contadores (IBRACON).

Porém, antes disto, saliente-se o estudo feito por Carvalho e Lemes (2002), cuja proposta foi a de verificar o estágio de harmonização das normas contábeis brasileiras com relação ao que apregoa o mencionado IASB. Nesse estudo, os autores apontaram exemplos da falta de harmonização entre as normas contábeis dos mercados brasileiro e norte-americano, como foi o caso da Aracruz, Copel, Gerdau, Telemar, Telesp celular, TIM nordeste, entre outros casos emergidos mais recentemente. Isso foi decorrente, segundo eles, de diferenças encontradas no reconhecimento e na mensuração das transações e na estruturação e apresentação das demonstrações contábeis, o que vem a realçar o objetivo da presente seção, no sentido de discutir a aplicabilidade destes princípios, e se eles conseguem proporcionar aos usuários informações contábeis confiáveis.

Diante disso, seria natural questionar-se até que ponto poder-se-ia afirmar que os esforços de harmonização contábil têm surtido efeitos positivos sobre a qualidade da informação. Nesse momento, e de acordo com o até então exposto, levantam-se dois consideráveis limitadores que são a dificuldade de interpretação em si das normas, visto que os usuários têm objetivos distintos e por isso podem interpretá-las de forma conveniente com estes objetivos, e a questão ética. Este último aspecto, entretanto, não é abordado por este estudo, apesar de também ser um elemento importante que pode afetar diretamente a qualidade das informações contábeis divulgadas aos seus usuários.

A Figura 3, demonstrada a seguir, visa a iniciar a discussão que se dará ao longo deste tópico.

Fundamentos de Hendriksen e Van Breda	Postulados de Iudícibus
Entidade: Determinação do indivíduo ou grupo; determinação da natureza do interesse desse indivíduo ou grupo que dependem dos interesses dos usuários e objetivos dos relatórios.	Entidade contábil: Existem entidades que realizam as operações econômicas observadas pela contabilidade; O patrimônio líquido pertence à entidade e não aos sócios.
Empresa em funcionamento: entidade vista em operação por um período indeterminado	Continuidade: Entidade é considerada um empreendimento em andamento até circunstância em contrário; Ativos avaliados de acordo com a potencialidade de seus benefícios futuros.
Periodicidade: medição do lucro em períodos civis regulares, respeitando o encerramento do período, geralmente anual.	Não menciona
Incerteza e conservadorismo: Se estimativas forem feitas devem ter precisão; crítica ao conservadorismo – limitação à apresentação de dados confiáveis e informações relevantes, falta de comparabilidade (não há padrões).	Não menciona
Fundamentos de Hendriksen e Van Breda	Princípios de Iudícibus
Unidade monetária: Melhor unidade de medida, PORÉM possui limitações como método de comunicação de informações. A restrição mais séria é o valor monetário não permanecer estável, impedindo a comparabilidade das informações.	Denominador comum monetário: associa-se à qualidade de a contabilidade evidenciar a composição patrimonial, homogeneizando-os por meio da mensuração monetária.
Não menciona	Custo original como base de valor: Ativos são incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los, mais os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa.
Não menciona	Realização de receitas x despesas (competência): Receitas que crescem proporcionalmente ao decurso do tempo; reconhecimento da receita por valoração dos estoques; produtos ou serviços de longo prazo de maturação; reconhecimento da receita após o ponto de venda.

Quadro 2 – Classificação dos princípios sob a ótica de Iudícibus e de Hendriksen e Van Breda

Por outro lado, têm-se sob a perspectiva da CVM o do custo como base de valor, do denominador comum monetário, de despesas x receitas x períodos contábeis e da realização da receita. Diante dessas taxonomias, percebem-se algumas convergências, que são apresentadas no Quadro 3.

Postulados – Entidade e continuidade	Hendriksen e Van Breda, Iudícibus, CFC, CVM-IBRACON
Unidade monetária ou denominador comum monetário	Hendriksen e Van Breda, Iudícibus, CVM-IBRACON
Registro pelo valor original-custo base de valor	CFC, CVM-IBRACON, Iudícibus
Realização da receita	CVM-IBRACON, Iudícibus
Competência	CFC, Iudícibus
Convenções	Iudícibus, CFC, CVM-IBRACON

Quadro 3 – Convergências entre autores e órgãos regulamentadores sobre os princípios contábeis

Como se procurou evidenciar em seção precedente deste estudo, existe congruência entre os autores sobre os atributos que a informação contábil deve ter. Entretanto, como se observou em sua seqüência, o que pôde se visualizar, por meio dos quadros e conceitos apresentados, ainda não há total concordância sobre a plataforma – os postulados e princípios contábeis – que assegure que a informação contábil seja comunicada sem viés aos seus usuários. Somem-se a estas dificuldades os mencionados problemas de conflitos de agência e

o distanciamento dos usuários das informações contábeis do momento e do cenário em que se efetivam e são registrados os eventos econômicos.

Posto este fato, é que ganham relevância os estudos realizados sobre governança corporativa e suas boas práticas, através dos quais estudiosos e entidades normatizadoras buscam estabelecer mecanismos que resguardem os interesses dos usuários, principalmente os externos, quanto à integridade das informações.

3. MECANISMOS MINIMIZADORES DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL: GOVERNANÇA CORPORATIVA VERSUS CONTROLE ORGANIZACIONAL

3.1 A transparência na divulgação das informações contábeis e a governança corporativa

As discussões em torno dos interesses dos usuários externos pelas informações contábeis, das necessidades de transparência dos atos administrativos, da assimetria informacional, da harmonização das práticas contábeis são, em síntese, a base que sustenta os estudos realizados em torno da governança corporativa e das boas práticas associadas a este tema, cuja adoção é recomendada às empresas.

Tais estudos não observam, entretanto, que entre os usuários internos da informação contábil há aqueles que também compartilham, embora em uma escala menor, dos mesmos problemas relacionados aos conflitos de agência, como é o caso dos gestores dos mais altos níveis administrativos da empresa. Eles também têm necessidade de que as boas práticas de governança corporativa sejam adotadas pela empresa em todos os seus níveis, conforme já destacado por este estudo.

Vergili (2004) afirma que práticas de governança corporativa e transparência são essenciais para que um país possa atrair investimentos estrangeiros. Em evento na Bovespa, ele também corrobora com a opinião de Carvalho (2004), para quem os princípios internacionais da responsabilidade corporativa devem ser “enxutos e profundos”.

Nesse mesmo evento, conforme Vergili, o presidente da KPMG no Brasil, David Brunce, aludiu que o Brasil é um país pouco auditado e que a harmonização contábil, as melhores práticas de governança corporativa, a estabilidade econômica, a previsibilidade e o sistema jurídico eficiente são os únicos sustentáculos do desenvolvimento e da atração de capital estrangeiro para mercados emergentes importante.

Nesse íterim, cabe salientar que a prática da governança corporativa insere-se no contexto da busca de fortalecimento do mercado acionário à medida que procura minimizar os potenciais conflitos de interesse existentes entre os acionistas majoritários e os minoritários, entre os proprietários e os administradores. Também, entre os demais agentes da empresa, tendo como objetivo principal a maximização do valor da organização e, conseqüentemente, maior retorno para os acionistas ou proprietários. Em suma, a governança corporativa tem como principal finalidade minimizar os problemas de agência entre os diversos atores da relação empresarial.

A governança corporativa é um conjunto de mecanismos que serve para monitorar por meio de controles, a gestão e o desempenho das organizações, ou, ainda, pode ser definida como uma forma de esforço contínuo em alinhar os objetivos da alta administração aos interesses dos acionistas ou proprietários, por meio da adoção de práticas mais eficazes de monitoramento.

Nas palavras de Brunce (VERGILI, 2004)), ficou evidente em todo o debate sobre as fraudes ocorridas num país modelo como os Estados Unidos – Worldcom e Enron – que é necessário mais controle e mais auditoria.

Em complemento, Hermanson (2000), em estudo realizado com nove grupos de usuários de relatórios financeiros, concluiu que esses usuários concordam que controles internos são essenciais e que os relatórios gerenciais a respeito deles melhoram a visão sobre o que ocorre na empresa e, em consequência, adicionam informações adequadas para a tomada de decisões. Nessa pesquisa, os executivos respondentes mostraram concordar menos com o valor desses relatórios de controle interno do que os investidores e os auditores internos.

Como visto, a governança corporativa se relaciona à existência de mecanismos específicos de controle que transmitam segurança aos interessados no resultado da organização quanto ao correto manuseio dos recursos colocados à disposição de seus gestores para o processo de obtenção de receitas.

Os mecanismos de governança definidos por instituições que defendem a transparência administrativa, como o IBGC (Instituto de Governança Corporativa) e outras entidades, são genericamente a existência de: conselho de administração com membros independentes, auditoria independente, mecanismos voltados ao controle da remuneração dos dirigentes e outros relacionados à proteção dos acionistas, principalmente os minoritários e outros *stakeholders*.

Entretanto, sob a perspectiva deste estudo, tais práticas minimizam, mas não eliminam possibilidades de conflitos de interesses de administradores, ocorrendo isto devido ao fato de que os mencionados mecanismos de governança não implicam o envolvimento dos profissionais que os representam nas operações da empresa. Embora possuam amplitude que os permite o acesso ilimitado às informações, não participam do processo decisório organizacional, tampouco da rotina operacional da empresa, e por isso aqueles que representam tais mecanismos têm apenas a visão macro do negócio.

Assim, para atingir os propósitos a que se propõem, os referidos mecanismos de governança corporativa dependem de outros aspectos internos nas organizações, que pavimentem a base a qual lhes permita ser eficazes na sua missão de promover a igualdade informacional, a transparência administrativa e a redução do conflito de interesses entre as partes interessadas pela *performance* organizacional.

O reconhecimento das limitações dos mecanismos de governança corporativa foi o que levou ao surgimento de leis, como a Sarbanes-Oxley, que estabelecem critérios de controles internos na organização a fim de se aumentar o nível de transparência dos atos praticados por seus gestores. Contudo, mesmo leis como a citada podem ter eficácia limitada, pois garantir o funcionamento dos controles internos não significa assegurar que os recursos de uma empresa estejam sendo administrados de forma otimizada, como os seus acionistas gostariam que fosse.

Portanto, cabe às empresas criarem estrutura e instrumento que viabilizem atender ao estabelecido pelo IBGC e outros órgãos. E é nesse sentido que o presente estudo propõe a seguir uma visão integrada da governança corporativa, por meio da apresentação de um modelo dimensional de controle organizacional, que visa a melhorar o entendimento sobre a amplitude que as práticas de governança devem assumir para assegurar tranquilidade aos proprietários de uma empresa, demais *stakeholders* e, também, aos seus próprios gestores quanto à administração eficaz dos recursos da empresa. Além de promover a transparência dos atos praticados por sua administração.

3.2 Minimização da assimetria informacional através da visão do controle organizacional

É natural supor que os objetivos da empresa sejam pautados na busca da eficácia, de forma a se conduzirem ao desenvolvimento e prosperidade, e é neste sentido que as melhores práticas de governança corporativa devem ser entendidas. Isto é, não basta para um acionista e

outros *stakeholders* terem acesso a relatórios contábeis que reflitam com integridade e transparência os atos administrativos. É também necessário para eles assegurar que o seu capital investido retornará, principalmente através de uma gestão segura e eficaz, que proporcione à empresa a otimização de seus resultados e aos acionistas, a maximização de seus ganhos.

As melhores práticas de governança devem garantir a uma empresa ser administrada por um corpo gerencial focado nos objetivos traçados por ela, bem como a geração e a disponibilização de informações úteis e fidedignas tanto para o usuário externo quanto para o interno. À medida que as organizações crescem e passam a ter novos integrantes, aumenta o distanciamento entre sua administração e as áreas nas quais ocorrem as diversas atividades que garantem o seu funcionamento. Manter esse sistema empresarial integrado e focado no objetivo definido por seus proprietários, empreendedores, ou seus representantes, representa um considerável desafio.

Nesse contexto, emerge a essência do controle organizacional, o qual está diretamente associado à capacidade da alta administração da empresa de integrar as suas áreas e gerentes em torno dos seus objetivos, procurando facilitar a sua gestão a partir do monitoramento e acompanhamento dos desempenhos desses gerentes e da aferição dos produtos de suas ações diante das expectativas dos resultados esperados. Monitoramento este possibilitado pela existência de informações contábeis fidedignas, oportunas e que possuam os atributos a elas inerentes.

A seguir, apresenta-se a Figura 4, que busca tratar do controle organizacional de uma forma dimensional, isto é, segregando todas as fases do processo de administração de uma empresa que devem ser integradas, bem geridas e ter os seus resultados lastreados por informações contábeis de boa qualidade e transparentes, proporcionando à empresa, acionistas e outros *stakeholders* a segurança de que necessitam quanto à salubridade de seus investimentos.

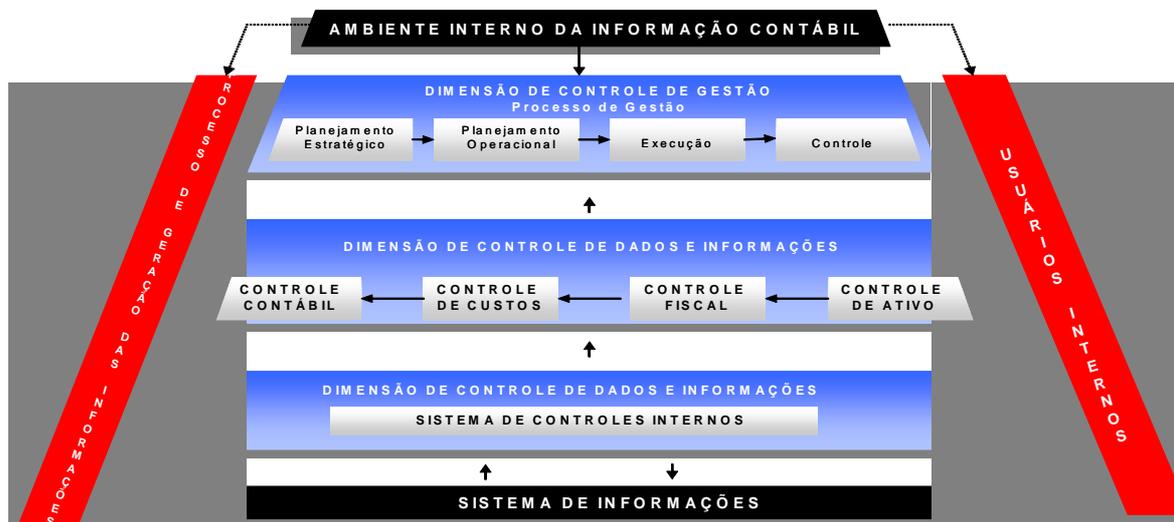


Figura 4 – Visão do controle organizacional

Fonte: Nascimento e Reginato (2007, p. 5).

O controle organizacional em sua forma plena representa os meios utilizados pela administração para criar padrões de comportamento a serem seguidos pelos membros organizacionais, de forma que estes levem o empreendimento à eficácia, e que sirvam de base para o seu monitoramento, utilizando-se de procedimentos apropriados de gestão, entre eles o planejamento.

Nesse sentido, o planejamento se justifica apenas quando puder ser visto tanto como uma forma de monitoramento do desempenho da empresa por seus líderes, através do cotejamento de informações contábeis precisas com os valores nele previsto, quanto como uma bússola que direcione o gestor especificamente na condução das atividades sob suas responsabilidades.

Se isso ocorrer, infere-se que esse instrumento pode realmente ser considerado como uma espécie de controle e monitoramento do desempenho da empresa e de seus gestores, cumprindo importante função no conjunto das boas práticas internas de governança corporativa. Entretanto, este instrumento por si só não pode ser considerado suficiente para garantir uma gestão eficaz, pois representa um tipo de controle limitado pela dependência da qualidade da informação contábil, como se verá na seqüência.

O conceito de controle é tratado com freqüência na literatura. Contudo, as formas empregadas nem sempre permitem se visualizarem as conexões que existem entre as diferentes situações em que ele é empregado. Da mesma forma como se trata do processo de gestão - planejamento, execução e controle para se expressar um tipo de controle organizacional, também se observa a aplicação do termo a outras situações, como, por exemplo: o controle contábil, de custos, interno e assim por diante.

Não se observa, apesar disso, reflexões sobre os níveis de interdependência entre esses diversos tipos de controle, tampouco sobre a importância do principal elemento que os integra e de seus atributos, a informação contábil, sua utilidade, tempestividade e fidedignidade, entre outros atributos.

Nesse contexto, o conceito de controle organizacional se amplia, podendo ser mais bem entendido quando analisado sob a perspectiva de diferentes dimensões, que, neste artigo, são denominadas de controle de gestão, controle de dados e informações e controles e procedimentos internos, cujos funcionamentos são interdependentes.

A dimensão de controle de gestão representa a instância em que são tomadas as decisões que se traduzem nos resultados esperados pelos líderes da organização e compreende todo o processo de gestão em sua forma conhecida. Sua relação com o controle organizacional transcende a elaboração, execução e controle de planos. Ela alcança, na verdade, toda a metodologia de administração delineada pelo modelo de gestão da empresa com o propósito de levá-la aos resultados econômicos que satisfaçam os donos do negócio e outros por ele interessados.

Não obstante, essa dimensão depende de uma outra que, como mencionado, lhe garanta o suprimento das informações vitais para o acompanhamento e monitoramento do desempenho dos gestores e, por conseqüência, da empresa, que é a dimensão de controle de dados e informações contábeis, a qual constitui a segunda dimensão do controle organizacional.

A dimensão de controle de dados e informações contábeis compreende o sistema de informações da empresa, necessário para permitir que a área responsável pela divulgação das informações contábeis aos seus usuários, sejam eles externos ou internos, exerça suas atividades de forma plena. Esse sistema incorpora todos os componentes do banco de dados físicos e econômicos da empresa, tais como o contábil, o de custos, o fiscal, o de ativo e os de resultado, entre outros.

Sabe-se, porém, que, para essa dimensão de controle produzir informações contábeis úteis para o processo de gestão e para os usuários externos da informação contábil, ela deve trabalhar com dados acurados e íntegros, de forma a gerar informações contábeis, entre outras, confiáveis e tempestivas. Mas esses atributos não são garantidos apenas pela capacidade de processamento de dados da empresa. O tratamento e a manutenção adequados desse banco de dados, por si só, não garantem que as informações por ele geradas sejam íntegras.

Os registros contábeis e outros podem refletir eventos econômicos que tenham ocorrido, todavia nada garante que contemplem tudo o que de fato ocorreu. Para isso, o entendimento do conceito de controle organizacional se amplia mais uma vez, ou seja, deve ser completo e seguro, o que o conduz a uma terceira e última dimensão: a de controles e procedimentos internos, cuja essência é, fundamentalmente, garantir a integridade das informações contábeis sobre todos os eventos que dizem respeito às atividades da empresa, possibilitando que elas espelhem, com propriedade, esses eventos decorrentes da ação gerencial e que possam ser divulgadas de forma justa a todos os seus usuários.

Evidencia-se, neste tópico, a importância dos sistemas de controles internos como ferramenta eficaz de apoio ao controle organizacional e a forma de a empresa, por meio deles, manter as boas práticas de governança corporativa, adotando como princípios básicos a ética e a transparência dos atos administrativos, podendo garantir, assim, que a informação divulgada por meio dos relatórios contábeis possua os atributos já discutidos na seção 2.1 deste estudo.

3.2.1 Sistema de controles internos *versus* controle interno

Roehl-Anderson e Bragg (1996) definem controles internos como um grande número de normas e procedimentos que podem ser estabelecidos para alcançar os objetivos concretos de uma organização.

Cada operação realizada na empresa exige diversos procedimentos e mecanismos que assegurem que cada uma seja executada e registrada de forma correta, os quais compreendem o sistema de controles internos. Por exemplo, a venda de determinado produto exige, entre outros, pelo menos, três procedimentos de controle interno: assegurar se a venda está sendo realizada pelo preço determinado pela empresa; certificar se as quantidades saídas conferem com o que foi solicitado pelo cliente; verificar se a baixa do estoque confere com a nota fiscal de venda.

Na empresa, existem diversos sistemas que se completam, são interdependentes e interagem entre si, proporcionando o funcionamento do sistema-empresa. Um desses é o sistema de controles internos, formado pela interação e interdependência de cada procedimento isolado de controle, considerando cada ciclo de operações que a empresa realiza, com o objetivo de assegurar a eficácia organizacional, pela proteção do patrimônio da empresa, pela confiabilidade e pela tempestividade das informações e pela determinação da adesão às normas e políticas preestabelecidas.

Assim, o ciclo operacional de vendas, por exemplo, constitui-se de inúmeras operações nas etapas de venda / vendas a receber / recebimento. Cada etapa é formada por diversos controles, que, considerados em seu conjunto, formam o sistema de controle interno de vendas. Considerando, ainda, os demais ciclos operacionais (compras, produção etc.), têm-se o sistema de controle interno da organização.

Portanto, controle interno consiste em cada um dos procedimentos estabelecidos e executados individual e integradamente, e sistema de controles internos é a organização de todos os mecanismos de controle. E, para o adequado funcionamento deste sistema, é preciso respeitar alguns princípios de controles fundamentais, principalmente o do ambiente de controle, e, em sua seqüência, operacionais, relacionados ao pessoal, e ciclos operacionais (NASCIMENTO; REGINATO, 2007).

3.2.2 Princípios do sistema de controles internos

O sistema de controle interno é fortemente influenciado pelo ambiente de controle da empresa, que reflete as crenças e os valores da administração, formando um ambiente favorável ou desfavorável para a robustez dos procedimentos de controle. Considera-se, portanto, o ambiente de controle como a principal diretriz. Isto é, o princípio mais importante para a formatação e a implementação dos controles internos, visto que é com base nele que

serão determinados todos os demais princípios, e é ele que será o facilitador ou não para a existência de práticas lesivas à integridade da informação contábil e à própria proteção dos ativos da empresa.

Nesse momento, podem-se destacar alguns quesitos indispensáveis para serem considerados no ambiente de controle, como a organização formal, atitude e compromisso da administração, atitude e compromisso dos funcionários, métodos a serem utilizados, avaliação e gerenciamento de riscos.

Os princípios operacionais envolvem a parte física necessária para a formatação e para a implantação do controle interno. Geralmente, demandam um investimento financeiro em computadores, *softwares*, elaboração de manuais, entre outros. Trevisan e Associados (1988, p. 60) mencionam que esses princípios “estão voltados para a estrutura funcional e organizacional da empresa”. Os aspectos operacionais compreendem, dentre outros, os mecanismos de monitoramento (RITTEMBERG; MARTENS; LANDES, 2007; NASCIMENTO; REGINATO; VEIGA, 2007), a sistemática de revisão e os manuais de rotinas, procedimentos e de conduta.

Ressalta-se que a empresa deve avaliar a relação custo-benefício antes de efetuar investimentos financeiros, ou seja, avaliar se o benefício de manter um controle é maior do que o gasto gerado na aquisição de um equipamento que possibilite a execução desse procedimento. Para Rittenberg, Martens e Landes (2007) a administração deve sempre identificar a redução do risco a um nível aceitável, que ele de fato contribua para a efetividade da organização e que seja rentável.

Os princípios de controle relacionados ao pessoal visam padronizar o comportamento dos eventos relacionados aos funcionários, tais como: regras para contratação, demissão e promoção, a fim de, em última instância, aumentar a proteção dos ativos. Também abrange o manual da conduta ética da organização.

Isso se dá em razão de que não adianta a empresa implantar os melhores procedimentos se o pessoal responsável pela execução e monitoramento não estiver engajado e comprometido com a eficácia desses controles e com postura ética. Imoniana e Nohara (2004, p. 59) contribui com esta afirmação ao assumir que as definições podem ser feitas de maneira formal ou informal, mas o importante é que sejam claras aos funcionários da organização.

Os aspectos aqui tratados, em suma, compreendem, dentre outros, a contratação de pessoal competente e de confiança, adequada distribuição de tarefas e responsabilidades, uma adequada segregação de funções, um controle de rodízio de funcionários nos cargos, bem como a limitação do pessoal ao acesso físico a ativos e registros (BOYNTON, JOHNSON, KELL, 2002; ROEHL-ANDERSON; BRAGG, 1996; CASSARRO, 1997; RASMUSSEN, 1988).

Os ciclos operacionais consistem no conjunto de operações que ocorrem na empresa e que se repetem numa ordem constante, isto é, todos os atos e processos, desde a entrada de insumos na empresa, a transformação, a venda do produto, o recebimento, até completar-se o ciclo com uma nova aquisição de insumos e, assim, sucessivamente.

Essas operações são relacionadas aos ciclos de cada área. Por exemplo: na área de vendas, o ciclo operacional corresponde à seqüência das operações de vendas, contas a receber e recebimentos e todos os procedimentos inerentes a estas atividades.

A divisão das operações em ciclos facilita a identificação da possibilidade da ocorrência de erros ou fraudes, deixando aparentes as operações mais críticas e frágeis e que precisam, portanto, de maior atenção na implementação e monitoramento dos controles internos.

Além desta discussão, há outros modelos propostos sobre sistemas de controles internos. Não se almeja discorrer sobre todos, porém, destacam-se alguns, até como recomendação para expansão das reflexões aqui apresentadas, conforme Quadro 4.

Modelo	Elementos
COSO – The comitee of sponsoring organization	Ambiente de controle, avaliação e gerenciamento de riscos, atividade de controle, informação e comunicação e monitoramento.
COCO – Criteria of control comittee of Canadian institute of chartered accountants	Objetivo, compromisso, potencialidade, monitoração e aprendizagem.
Turnbull report – ICAEW – Institute of chartered accountants in England and Wale	Riscos de negócio.
King Report – King comittee on corporate governance	Diminuição dos riscos e alcance dos objetivos da empresa.
Instituto de auditores internos do Brasil (AUDIBRA)	Atingimento dos objetivos e metas da empresa através do planejamento, organização, direção, e controle do desempenho.
Lei Sarbanes-Oxley	Planejar programa, avaliar ambiente de controle, definir escopo, construir repositório de controles, testar, monitorar.

Quadro 4 – Modelos de sistemas de controles internos

4 REFLEXÕES FINAIS

Os interessados pelos resultados de uma empresa e que não participam de sua gestão dependem fundamentalmente da informação contábil com qualidade para a redução da assimetria informacional existente entre a gestão do negócio e eles.

Neste contexto, este estudo propõe que sejam observados os atributos que a informação deve conter para satisfazer os usuários que dela necessitam para tomarem decisões, analisarem cenários, potencializarem negócios, etc. Sugere-se, para tanto, a observância dos aspectos apregoados por órgãos como o FASB, IASB e CFC, na forma de conceitos, postulados, princípios ou fundamentos, e de autores consagrados na literatura, podendo-se resumir os mencionados atributos da seguinte maneira: utilidade, tempestividade, confiabilidade e relevância para o seu contexto.

Como mecanismos minimizadores de possíveis riscos de distorções das informações, propõe-se a adoção das práticas de governança corporativa e de uma visão sistêmica e dimensional do controle organizacional, conforme exposto na seção 3. Para este segundo quesito, sugere-se que a empresa estruture um processo de gestão que possa embasar a qualidade de seus resultados, que se viabilizam a partir de informações contábeis justas e úteis, devidamente processadas e disponibilizadas por um sistema de informações confiável.

Um modelo de informações, cujos atributos sejam realmente garantidos, deve ser respaldado em um processo de gestão amparado por um sistema de informações, cuja base principal seja os sistemas de controles internos. Estes, por sua vez, funcionam de forma a garantir a confiabilidade da informação, a minimização da assimetria através da criação de possibilidades de rastreabilidade de todos os eventos ocorridos no âmbito da empresa que possibilite o constante controle organizacional.

Portanto, acredita-se que se a empresa adotar os mecanismos sugeridos, bem como respeitar as observâncias no que tange os atributos das informações, minimizará a assimetria informacional existente entre os seus usuários. Em suma, este estudo propôs não só uma reflexão, mas também a análise dos seguintes fatores: a) observar os atributos necessários à informação de qualidade; b) adotar as práticas de governança corporativa a fim de garantir a transparência das informações; c) implementar um sistema de controle fortemente baseado em sistemas de informações e, principalmente, em um robusto sistema de controles internos.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, Russel L. *Planejamento empresarial*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- ALCHIAN, Armen; DEMSETZ, Arnold. Production, information costs, and economic organization. In: *The American Economic Review*, p. 777 – 795, 1972.
- ALVIM, C. O papel da informação no processo de capacitação tecnológica das micro e pequenas empresas. *Ciência da informação*. Brasília, v.27, n.1, p 28-35, jan/abr., 1998.
- ATKINSON, Anthony; BANKER, Rajiv D; KAPLAN, Robert S; YOUNG, Mark. *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 2008.
- BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. *Auditoria*. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.
- CARVALHO, L.N.G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. In: *Revista de Administração*, v. 37, n. 3, p. 19-32, jul./set. 2002.
- CARVALHO, L.N.G. A reconquista da confiança pela transparência. *Revista Razão*. Jul. 2004.
- CARVALHO, L.N.G; LEMES, Sirlei. A aplicação dos padrões contábeis internacionais no Brasil: um estudo. In: ASIAN PACIFIC CONFERENCE ON INTERNATIONAL ACCOUNTING ISSUES, 2002.
- CASSARRO, Antonio Carlos. *Controles internos e segurança de sistemas: prevenindo fraudes e tornando auditáveis os sistemas*. São Paulo: LTr, 1997.
- CANADIAN INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANT. *Criteria of Control Committee of Canadian Institute of Chartered Accountant*. Disponível em: <<http://mcgill.cc/internalaudit/tools/coco>>.
- COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATION OF THE TREADWAY COMMISSION. *Internal control*. Disponível em: <<http://www.coso.org>>.
- CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Deliberação CVM n° 29*, de 05 de fevereiro de 1986. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=/deli/deli029.htm>> Acesso em: 07 abr. 2007.
- CFC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. *Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade*. Porto Alegre: CRC-RS, 2000.
- COASE, Ronald. The nature of the firm. In: *Econômica*, 4, 1937.

FASB – Financial Accounting Standards Board. *Accounting Standards – Statement of Financial Accounting Concepts # 2: Qualitative Characteristics of Accounting Information*. Disponível em: <<http://www.fasb.org/st/#cons>>

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMANSON, Heather M. An analysis of the demand for reporting on internal control. *Accounting Horizons Review*, v. 14, issue 3, p. 325-341, September, 2000.

IASB – International Accounting Standards Board. *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. Londres: IASB (edições anuais).

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. São Paulo: [s.n.], 2003.

INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS IN ENGLAND AND WALES. *Auditing standards*. Disponível em: <<http://www.icaew.co.uk/internalcontrol>>.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna. 2. ed.. São Paulo, 1992.

IMONIANA, Joshua O; NOHARA, Juliana J. Cognição da estrutura de controle interno: uma pesquisa exploratória. In: ENANPAD, Curitiba, 2004. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Normatização contábil e os notáveis: um casamento perfeito?. *Revista da Comissão de Valores Mobiliários*, n. 27, out./1998.

JENSEN M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 1976.

LI, H. David. *Contabilidade gerencial*. São Paulo. Atlas, 1977.

MARCHET, Fernando A. *Governança corporativa e eficiência das organizações*. Dissertação (Mestrado) - UFRGS/FCE. Porto Alegre, 2001.

MARTIN, Nilton Cano. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, n.28, p.7-28, jan/abr. 2002.

MARTINEZ, Antônio Lopo. Agency Theory na pesquisa contábil. In: ENANPAD, 22, Foz do Iguaçu (PR), 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 1998.

MILGROM, Paul; ROBERTS, John. *Economics, Organizacional & Management*. New Jersey: Prentice-Hall, 1992.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. (Orgs.). *Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional*. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane; VEIGA, Lidiane. A atuação da controladoria em um ambiente envolvendo os modelos de governança corporativa alemão e latino-europeu. In: Congresso USP contabilidade e controladoria, 2007. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2007.

NEHMY, R.M.; PAIM, I. A desconstrução do conceito de qualidade da informação. *Revista Ciência da Informação*, v.27, n.1, p.36-45, jan./abr, 1998.

RASMUSSEN, U. W. *Desvios, desfalques e fraudes nas transações de compras nas empresas: uma análise transacional da aplicação de controles internos na atividade de administração de materiais*. São Paulo: Aduaneiras, 1988.

RITTENBERG, Larry E; MARTENS, Frank; LANDES, Charles E. Internal control guidance: not just a small matter. *Journal of Accountancy*, v. 203, n. 3, p. 46, Mar. 2007. Disponível em: <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1229272531&sid=1&Fmt=3&clientId=19719&RQT=309&VName=PQD>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

ROEHL-ANDERSON, Janice M.; BRAGG, Steven M. *Manual del controller: funciones, procedimientos y responsabilidades*. Deusto: Barcelona, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TREVISAN & ASSOCIADOS. Controles internos. In: CONSELHO Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (Org.). *Curso básico de auditoria I: normas e procedimentos*. São Paulo, Atlas, 1988.

VERGILI, Rodney. A reconquista da confiança pela transparência. *Revista Razão*. Julho 2004.

TURNBULL, R. *Review of the turnbull guidance on internal control*. Disponível em: <<http://www.frc.org.uk/corporate>>. Acesso em: 20 abr. 2007.